



começaram as aulas



O ministro Rui Patrício falando na O. N. U.

TEMOS POR NÓS A FORÇA DOS NOSSOS DIREITOS

O ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Rui Patrício, interveio, no passado dia 2 no debate sobre terrorismo que decorreu na Assembleia Geral da O. N. U. Do discurso proferido por aquele membro do Governo, e na impossibilidade de o publicarmos na íntegra, sublinhamos os seguintes pontos:

● Na arena política internacional digladiam-se ideologias, ambições, interesses e anseios. Até certo ponto, é normal que assim aconteça, pois a vida é movimento e dinamismo. Mas proliferam crises e conflitos, semeando a desordem, a insegurança e a morte. Lamentamos estes factos, mas parece que nem todos estão de acordo em que não pode haver paz nem segurança sem ordem, não pode haver ordem sem disposições normativas a que todos obedeçam. Suponho que ninguém atribuirá as crises e os conflitos em que o nosso mundo se debate à falta de disposições normativas de boa convivência internacional, assim como se não deverá atribuir o actual estado de coisas nesta organização à deficiência dos princípios consagrados na Carta.

● *Acontecimentos recentes mais espectaculares trouxeram o tema do emprego da violência ao debate geral desta assembleia. E as peças já escritas deste processo da violência chamam a atenção para três temas que estão no cerne de todos os debates e controvérsias: a violência e as causas legítimas; o primado da regra de direito; o princípio da não intervenção nos assuntos internos de cada Estado.*

● *Salvo a legítima defesa, individual e colectiva, toda a guerra é injusta, toda a guerra é ilegítima, toda a guerra é condenável. A nova ordem internacional estabelecida em São Francisco pretendeu enterrar definitivamente, juntamente com os milhões de vítimas do horrível conflito, práticas e ideias que se diriam definitivamente ultrapassadas.*

● *Nenhuma divergência de sistemas, nenhuma oposição de ideologias, nenhum conflito de interesses, nenhuma ânsia de justiça ou de reforma, nenhuma vontade, sincera ou fictícia de*

libertação, pode legitimar o emprego da força por um Estado ou por um grupo de Estados contra outro Estado ou grupo de Estados. Não o aceita hoje a consciência mundial, não o permite a Carta da nossa organização.

● A discriminação na aplicação da lei, nacional, é uma prática odiosa e revoltante. Destrói todo o seu fundamento moral e jurídico, retira-lhe toda a validade, incita à sua violação e legitima-a.

● Espírito de conciliação

Após a enunciação de princípios, o Ministro português dos Negócios Estrangeiros fez especificamente incidir a sua intervenção no «caso português»:

● A acção destes grupos que atacam indiscriminadamente as populações civis e as autoridades dos nossos territórios africanos constitui acção terrorista ilegítima e o apoio exterior que lhes é facultado, e sem o qual a sua acção não seria possível e já há muito teria cessado, representa clara e flagrante violação do direito internacional e dos princípios e regras da Carta das Nações Unidas. Perante esta situação Portugal tem dado provas de uma extrema moderação e espírito de conciliação, abstendo-se completamente de qualquer acção de retaliação e renunciando ao exercício do direito de legítima defesa que lhe facultaria a possibilidade de eliminação

(Continua na pág. 10)

INTEGRAÇÃO ECONÓMICA DO ESPAÇO PORTUGUÊS

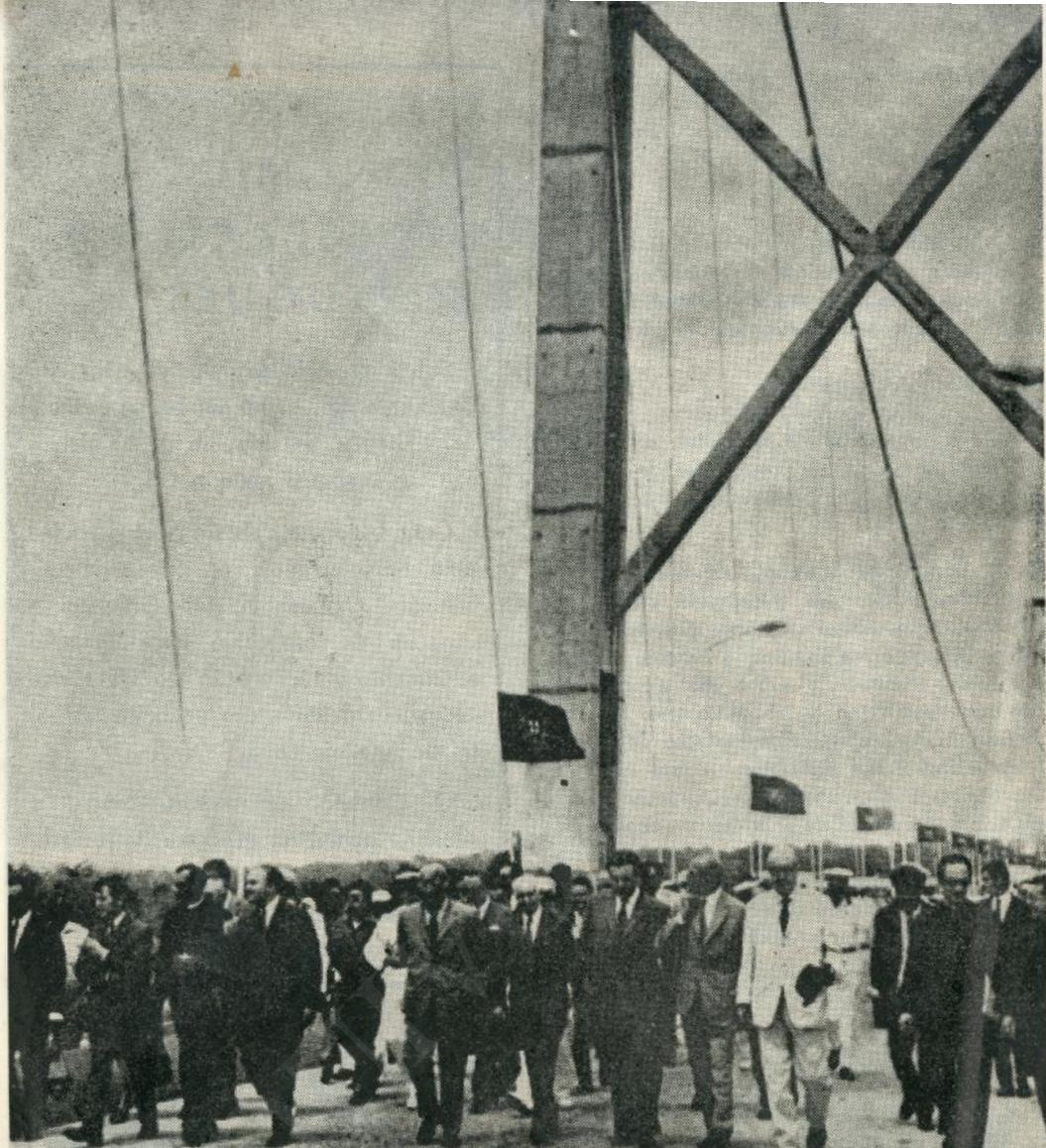
Sob a presidência do Prof. Marcello Caetano reuniu-se no dia 10, no Palácio de S. Bento, o Conselho de Ministros para os assuntos económicos.

Com base em relatórios preparados pelo Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, foi apreciada a situação da economia nacional e o andamento da execução do III Plano de Fomento durante o primeiro semestre do ano em curso.

O Conselho examinou, ainda, a situação actual do processo de integração económica do espaço português e definiu orientações quanto ao seu prosseguimento.



O Secretário de Estado americano William Rogers conferenciou em Nova Iorque com o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício



*VISITAS
DO MINISTRO
DO ULTRAMAR*

O Ministro do Ultramar Prof. Silva Cunha efectuou a partir de 24 de Setembro uma visita oficial a Moçambique. No dia da chegada a Lourenço Marques, aquele membro do Governo inaugurou, no centro da cidade o Instituto de Crédito.

No dia 26 o Prof. Silva Cunha deslocou-se a Vila Franca do Save, onde procedeu à inauguração da ponte sobre o rio Save, importante obra integrada na Estrada Nacional n.º 1, que liga as duas principais cidades de Moçambique — Lourenço Marques e Beira.

A ponte sobre o rio Save tem um comprimento total de 870 metros, custou 55 mil contos, e vence cinco vãos parciais (três centrais, com 210 metros cada um, e dois extremos, com 110 metros cada um). Trata-se de uma ponte suspensa, pré-esforçada, em cabos funiculares, sem vigas de rigidez, e com cabos pré-esforçados de rigidez, formando triângulos com os cabos pendurais

inauguradas duas pontes em Moçambique

oblíquos, constituindo assim, um conjunto perfeitamente estável.

A faixa de rodagem é de 7,20 metros, e dispõe de dois passeios de 1,35 metros cada um.

A ponte é constituída por dois cabos funiculares, que amarram aos encontros e passam pelos topos de quatro torres. O tabuleiro é formado longitudinalmente por tramos, simplesmente apoiados e constituídos por nove longarinas de betão pré-esforçado, ligados pela laje e por quatro travessas de betão armado.

Cada torre assenta numa sapata, que por sua vez encabeça num grupo de doze estacas verticais de 1,20 metros de diâmetro, em betão armado, moldado no solo, tendo-se atingido a profundidade de 20 a 45 metros.

NOVO AERÓDROMO EM CABO DELGADO

No dia 28 o Ministro do Ultramar deslocou-se a Porto Amélia, onde presidiu à cerimónia inaugural do aeródromo de Mocimboa da Praia, em Cabo Delgado.

O novo aeródromo que tem uma pista com dois quilómetros de comprimento, a qual permite

a aterragem de aviões «Boeing 737», foi baptizado com o nome do alferes Jorge Gorgulho, em homenagem ao primeiro aviador militar que ali perdeu a vida num acidente ocorrido durante a I Guerra Mundial.

O Prof. Silva Cunha partiu em seguida para a cidadela de Mueda, donde se deslocou a Nan-gade, local onde decorre o plano-piloto «Operação Fronteira», misto de experiência sócio-económica em regime de cooperativas e de acção militar, tendente ao fecho da fronteira com a Tanzânia, desde Palma, ao longo do rio Rovuma.

INAUGURADA A PONTE MARCELLO CAETANO

No dia 29, o Ministro do Ultramar seguiu para Tete, onde presidiu à inauguração da ponte Prof. Marcello Caetano sobre o rio Zambeze. A nova ponte, que custou 65 000 contos, e que liga a cidade de Tete com o Norte do distrito,

com a Rodésia e com o Malawi, vence cinco vãos parciais (três centrais com 180 metros), tem uma faixa de rodagem com 7,20 metros e dois passeios laterais com dois metros cada um, sendo a largura total do tabuleiro de 11,20 metros.

A fiscalização da obra coube à Junta Autónoma de Estradas de Moçambique.

Em seguida o Ministro do Ultramar presidiu ainda à inauguração do edifício de Tete onde fica a funcionar o novo emissor regional do Rádio Clube de Moçambique.

No dia 30 o Prof. Silva Cunha visitou a barragem de Cabora Bassa, cujas obras continuam a realizar-se nos prazos previstos, tendo aí recebido pormenorizadas explicações sobre diversos trabalhos.

Após o regresso de Lourenço Marques, o titular da pasta do Ultramar presidiu, no dia 2 de Outubro, à sessão solene de abertura do IV Congresso Nacional de Bioquímica, que decorreu no salão nobre dos Paços do Concelho, com a presença das mais destacadas individualidades daquela cidade.

Este Congresso, que reuniu 116 participantes provenientes da Alemanha, Estados Unidos,

França, Inglaterra, África do Sul, Rodésia e Portugal, realizou-se pela primeira vez, em Lourenço Marques, numa organização da Secção de Bioquímica da Sociedade Portuguesa de Química-Física, decorrendo as sessões de trabalho, que se prolongaram até ao dia 7, na Faculdade de Ciências da Universidade.

Entre os participantes, figuraram duas importantes personalidades, Sir Derek Barton e o prof. F. Lynen, galardoados com o Prémio Nobel.

TERMINAL OCEÂNICO EM PONTA DOBELA

O Ministro do Ultramar deslocou-se, em seguida a Ponta Dobela onde vai ser construído um terminal oceânico para carregamento, pelo caminho de ferro, de minérios, e que funcionará como complemento do porto de Lourenço Marques.

O terminal de Ponta Dobela foi planeado de forma a receber os grandes petroleiros e minerais com capacidade, em princípio, até 250 000 toneladas. Deste modo, o movimento do porto poderá abranger a exportação de ferro, a 10 000 toneladas por hora, de carvão, a 5000 toneladas por hora e de fosfatos, a um máximo de 7000 toneladas por hora, além da importação de petróleo bruto.

O terminal vai situar-se a 1666 metros da costa, em pleno Índico e, mesmo no máximo das marés-baixas, a água terá uma profundidade de 27 metros.

O empreendimento encontra-se actualmente numa fase de preparação para o concurso de pré-qualificação da empreitada, devendo estar concluída em fins de 1972, princípios de 1973, iniciando-se, depois, os trabalhos de pré-qualificação para, quatro a seis meses depois do início dessa fase, se dar finalmente começo aos trabalhos de construção.

A obra estava primitivamente orçada para dois milhões de contos, mas, por estudos posteriormente efectuados, prevê-se que esse custo possa vir a ser diminuído.

A Ponta Dobela será ainda dotada de um parque de «estocagem», com capacidade de armazenagem de dois milhões de toneladas, e o movimento do minério, desde a sua chegada, armazenagem e embarque, será grandemente automatizado.

Futuramente, e quando forem iniciados os trabalhos de construção do terminal, serão também construídos edifícios administrativos, residências e zonas de protecção e de recreio, indispensáveis a locais altamente industrializados.

Quando construído, o terminal terá uma capacidade de saída anual prevista para 15 milhões de toneladas.

Na véspera da sua partida para Luanda, o Ministro do Ultramar visitou as obras de construção da barragem de Massingir, e teve reuniões de trabalho com o Governador Geral e o Secretário-Geral da província.

No dia 4, o Prof. Silva Cunha inaugurou em Lourenço Marques uma enfermaria destinada à cegueira curável, no Hospital Miguel Bombarda, visitando em seguida as obras de um bairro destinado a economicamente débeis, localizado nos subúrbios da cidade.

O Ministro do Ultramar visitou ainda o Gabinete de Urbanização de Habitação de Lourenço Marques e diversos estabelecimentos de ensino, merecendo especial atenção, a Escola de Aplicação e Ensaios, que tem uma frequência de 960 alunos de todas as etnias.

INAUGURADA A FEIRA INTERNACIONAL DE LUANDA

O Ministro do Ultramar partiu nesse mesmo dia para Luanda, tendo inaugurado, no dia 5 nesta cidade a Feira Internacional que este ano ocupa uma área coberta de 17 500 metros quadrados, enquanto no exterior as instalações proporcionam ainda mais trinta espaços destinados a expositores. De Angola estão presentes na Feira 511 firmas, enquanto a Metrópole está representada por 70 e Moçambique por 19. Nas representações estrangeiras, com um total de 387 organizações, salienta-se a do Brasil, com 85 expositores, seguindo-se a República Federal da Alemanha, com 45, a Itália, com 33, o Japão, com 17, e depois a República da África do Sul, com 10, a Rodésia com 7, a Bélgica, com 6, a Suécia, com 5, a Áustria e Dinamarca e a Suíça, com 4 cada uma, a Espanha e o Canadá, com 2 cada uma, e a Austrália, a Irlanda e a Checoslováquia, com 1.

Enviaram representações oficiais a República da África do Sul, a República Federal da Alemanha, a Áustria, a Bélgica, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Itália e a Rodésia.

A Feira apresenta ainda, além do pavilhão da secretaria provincial da Economia, o salão de inventores (com 24 expositores) e o salão do livro — este último de colaboração com a Biblioteca Nacional de Angola. No mesmo pavilhão estará uma representação das actividades da Associação Industrial de Angola e a redacção e impressão do diário da Feira.

No recinto, o público terá ao seu dispor vários restaurantes e bares, além de um parque para as crianças.

O Ministro do Ultramar regressou a Lisboa no passado dia 6, tendo declarado à chegada que «está em curso, em Moçambique, um processo de desenvolvimento que permite confiar serenamente no seu futuro», e quanto a Angola, «continua triunfante e marcha com segurança pelos caminhos do progresso».



Eng.º SANTOS E CASTRO

GOVERNADOR-GERAL DE ANGOLA

nomo. Foi, então, fundador e dirigente da Casa de Estudantes de Angola e da Casa dos Estudantes do Império.

Como dirigente de juventude, sempre preocupado com a verdadeira dimensão de Portugal, foi subinspector da Mocidade Portuguesa.

O Eng. Santos e Castro, natural do Funchal, que conta actualmente 50 anos, iniciou a sua vida profissional no grupo de técnicos que, a partir de 1957, realizou um Inquérito Nacional ao Custo da Produção do Trigo, primeiro estudo do género realizado no País. Em 1949, entrou para o quadro técnico da Federação Nacional dos Produtos de Trigo, onde, seis anos mais tarde foi nomeado Chefe dos Serviços Técnicos.

De 1958 a 1961, foi chefe de gabinete do Secretário de Estado da Agricultura, Eng. Martin Graça, e, em Março daquele último ano foi nomeado chefe de repartição do quadro técnico da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas. Em Maio seguinte, o Chefe do Estado agraciava-o com a comenda da Ordem do Mérito Agrícola e Industrial (Classe do Mérito Agrícola), e em Junho foi nomeado presidente da Junta Nacional do Vinho, função que deixou a seu pedido, em 1967, depois de ali ter desenvolvido notável acção coordenadora do importante sector da produção agrícola.

Entretanto, foi procurador à Câmara Corporativa, a cuja secção permanente pertenceu, presidiu ao grupo de trabalho

n.º 1 (Agricultura, Pecuária e Silvicultura) do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho para a preparação do Plano Intercalar de Fomento e do III Plano de Fomento. Fez parte, ainda, de delegações portuguesas, algumas das quais chefiou, a reuniões internacionais da O. C. D. E., E. F. T. A., F. A. O. e O. I. V.

Foi vogal da Comissão Nacional para as Comemorações do XL Aniversário da Revolução Nacional, foi vice-presidente da Comissão Distrital de Lisboa e presidente da Comissão Concelhia de Lisboa da União Nacional e é, actualmente, vogal da Comissão Central da Acção Nacional Popular.

Em Junho de 1969, foi nomeado presidente da Federação Nacional dos Produtores de Trigo, sendo agora deputado à Assembleia Nacional.

No mandato iniciado em 1968, foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa, sendo desde Março de 1970 seu presidente. A obra desenvolvida pelo Eng. Santos e Castro à frente dos destinos da capital está patente em toda a cidade, nos seus múltiplos aspectos, permitindo-nos destacar quanto se refere ao problema habitacional, sempre grave nas grandes urbes, e tudo que diz respeito ao trânsito e às possibilidades da cidade corresponder à torrente sempre crescente do tráfego de veículos automóveis.

O Eng. Santos e Castro chefiou, durante alguns anos, a Redacção do «Diário da Manhã».

Cessando o seu mandato como Governador-Geral de Angola o Coronel Camilo Augusto Rebocho Vaz, o Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro do Ultramar, nomeou para aquele cargo o Eng. Fernando Augusto Santos e Castro, actual Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

O Eng. Santos e Castro não é um estranho para Angola, nem Luanda é um sítio desconhecido para o novo governador-Geral pois ali fez os seus estudos primários e secundários e, nos últimos anos, tem sido em Angola que o Eng. Santos e Castro passa as suas férias de Verão, a fim de conhecer melhor e mais intimamente os problemas da vasta terra portuguesa da África Ocidental.

O interesse pelas coisas angolanas logo se manifestou após os estudos em Luanda, quando veio para Lisboa, para aqui concluir o curso de Eng. Agró-

começaram as aulas

COMEÇARAM as actividades escolares nas Escolas Primárias, nas Escolas de Ciclo Preparatório, nos liceus e nas escolas técnicas. Milhares e milhares de jovens, por todo o País, iniciaram ou reiniciaram mais um ano lectivo.

Este, porém, é diferente de todos os até aqui vividos pela juventude portuguesa, pois envolve mais um quinto da população do país.

Sabido de todos que o Governo está empenhado numa ampla e profunda reforma do sistema educacional português, o Ministério da Educação Nacional criou em 1972, as seguintes escolas: do ciclo preparatório, 81; do ensino liceal, 40 (28 para o curso geral e 12 para o complementar); do ensino técnico, 39 (cursos criados, 20; secções, 5; secções preparatórias para os Institutos comerciais, 4; para os institutos indus-



triais, 1; para os institutos industriais e comerciais, 9); e a Faculdade de Ciências e Tecnologia em Coimbra. Se a isto acrescentarmos um conjunto de medidas inovadoras, verificamos que foram realmente alterados os esquemas habituais do ensino em Portugal.

Foi criado o ensino liceal nocturno, em regime experimental, em Lisboa, Porto e Coimbra; alargamento da escolaridade obrigatória (oito anos) e tornada gratuita a frequência do Ciclo Preparatório.

Foi criado um regime de opção no primeiro ano do ciclo complementar dos liceus (o aluno pode escolher a frequência na maior parte das disciplinas ministradas). Foi estabelecido um novo regime de bolsas de estudo e de subsídios de transporte. Alargamento da rede de cantinas com alimentação racional. Além disto foram

criadas residências para alunos do ensino secundário.

Foram estas e outras inovações que se depararam aos alunos ao iniciarem mais um ano escolar.

REFORMAS E CRIAÇÃO DE NOVAS ESCOLAS

Os factos atestam sobejamente que o ano lectivo que agora se inicia merece as esperanças do reformismo que tem orientado a modernização do ensino. A demonstrá-lo está uma enorme série de alterações que abarcam todos os graus de aprendizagem: são reformas de faculdades, são cursos de reciclagem ou especialização, é a criação de cursos nocturnos no ensino liceal, é a criação de novas escolas primárias, é a possibilidade de



acesso à universidade para maiores de 25 anos, sem o 7.º ano, ou ainda a promessa de aprovação de um projecto-lei, já aprovado pela Câmara Corporativa, que institua a coeducação no ensino primário. Tudo isto, e muito mais, faz do ano de 1972/73, um balão de ensaio da metodologia (e da sua eficácia — até ideológica) que tem presidido aos sectores responsáveis por ela.

Assim, no campo da educação primária, cujas actividades escolares começaram no dia 6 foi maior a afluência do que a registada em anos anteriores. Apelando para os números, poder-se-á fazer uma ideia do que irá movimentar o novo ano lectivo neste sector: no ano de 1971/72 as matrículas nas 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª classes eram de 930 825 e as matrículas nas 5.ª e 6.ª classes eram de 56 802. Destes totais, encontravam-se matriculados no ensino oficial 879 106 alunos.

No ano lectivo de 1969/70, existiam no continente e ilhas 17 190 escolas às quais correspondia um número de 22 961 professores, acrescido de 2581 regentes escolares. A situação muda-se, de certo modo, pois que este ano foram criadas 783 escolas e 461 postos escolares. Por outro lado irão ser preenchidas por regentes 350 vagas das

Escolas do Magistério Primário, numa tentativa de promoção dos mesmos.

AUMENTO DE VERBA DESTINADA A MATERIAL DIDÁCTICO

A verba destinada a material didáctico para o ano de 1972 é de 17 500 contos e o Instituto de Assistência Social Escolar irá dispendir neste ano lectivo um subsídio de 5000 contos para o mesmo fim.

A preocupação de renovar os conhecimentos dos quadros, preocupação cada vez maior, conhecida em todos os sectores da produção, está também patente nos cursos que precederam a reabertura das aulas do ensino básico. Só no mês passado, a Direcção Geral do Ensino Básico levou a cabo um curso de especialização de professores encarregados de bibliotecas escolares, um curso de monitores do Ensino Primário, realizado em Lisboa, Porto e Coimbra, com professores de todos os concelhos e um curso de adjuntos de director escolar. Além destes, outro se irá iniciar, ainda este mês, para inspectores do Ensino Primário, com uma duração de seis meses.

TEMOS POR NÓS A FORÇA DOS NOSSOS DIREITOS

(Continuação da pág. 3)

das bases donde partem estes ataques armados constantes.

● É certo que temos sido várias vezes acusados de violação das fronteiras dos Estados vizinhos, de ataque aos seus territórios, de ameaças à sua segurança. Mas, se estas acusações fossem verdadeiras, porque se recusaria então, como sempre tem acontecido em todos os casos concretos, a investigação imparcial dos factos?

● Somos agora acusados de utilizar os nossos cidadãos africanos na defesa dos seus territórios. Aceitamos, a acusação. É verdade. São já cerca de cinquenta por cento do total das forças que defendem os territórios portugueses os elementos africanos. E cada vez serão mais. Estranha acusação esta. É então crime que os habitantes de um território peguem em armas para se defenderem de ataques lançados contra

eles de territórios estrangeiros e é criminoso o Governo que lhes fornece os meios de se não deixarem massacrar?

● Mas para tentar justificar o apoio ilegal aos movimentos subversivos antiportugueses foi então necessário inventar a fábula das «áreas libertadas». Os chamados «movimentos de libertação» teriam já sob o seu domínio extensas zonas dos territórios portugueses que constituiriam áreas libertadas onde exerceriam a sua administração. E, assim, já de consciência tranquila, os organismos especializados das Nações Unidas e os Governos escandinavos poderiam contribuir com o seu dinheiro para as actividades terroristas.

● Contrariamente ao que tem sido largamente difundido Portugal não rejeita o princípio da autodeterminação. Rejeitar o princípio da autodeterminação seria negar a dignidade primordial

(Conclui na pág. 14)

COMEMORAÇÕES DO CINCO DE OUTUBRO



CERIMÓNIAS em vários pontos do País assinalaram a passagem do 5 de Outubro, em comemoração de mais um aniversário da implantação da República no nosso País.

Em Lisboa, os actos oficiais começaram às 10 horas com uma romagem no cemitério do Alto de S. João, ao túmulo de Machado dos Santos, um dos fundadores do regime que, em 1910, pôs termo a quase oito séculos de Monarquia. O Ministro da Marinha, Contra-almirante Pereira Crespo, acompanhado pelos vice-chefes do Estado-Maior da Armada e da Força Aérea, respectivamente contra-almirante Tierno Bagulho e general Armando Correia Mera, e pelo vogal do Conselho Superior de Disciplina do Exército, general João Tiro, depôs ali uma coroa de flores.

A guarda de honra foi prestada pelos fuzileiros navais e por um pelotão de alunos da Escola Naval, enquanto uma fanfara da Armada executou, primeiro o toque de silêncio e, depois, os de continência e de alvorada.

As cerimónias oficiais prosseguiram, depois, na Câmara Municipal, em cuja varanda, às 11 horas e no mesmo local onde há sessenta e dois anos José Relvas proclamou a República, o ministro da Defesa, General Sá Viana Rebelo, hasteou solenemente a bandeira nacional. Entre as individualidades presentes, viam-se os secretários de Estado do Exército e da Administração Ultramarina, chefes do Estado-Maior dos diversos

ramos das Forças Armadas, comandante naval do continente, governadores militar e civil de Lisboa, presidente e vereadores da Câmara Municipal e muitas altas patentes dos três ramos das Forças Armadas, além dos comandantes da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana.

Prestou honras militares um batalhão misto de unidades da Armada, Exército, Força Aérea e Guarda Nacional Republicana com banda, que executou o hino nacional. Entretanto, ouviram-se as salvas do estilo disparadas pelos navios de guerra surtos no Tejo, enquanto aviões e helicópteros da Força Aérea sobrevoavam a praça.

Após a cerimónia, as forças em parada regressaram aos respectivos quartéis, subindo em desfile a Rua Augusta até ao Rossio.

Decorreram também sessões de evocação, romagens ou jantares de confraternização realizadas por representantes dos Centros de Instrução Republicanos e por outras entidades em Lisboa, Guimarães, Santarém, Évora, Almada, Porto, Braga, Figueira da Foz, Lourenço Marques, Cortegaça, Queluz, Barreiro, etc. Na cidade da Horta (Açores) o Governador Civil, dr. Freitas Pimentel, presidiu à inauguração do monumento ao faialense Dr. Manuel Arriaga, que além de chefe de Estado foi uma das mais relevantes figuras da intelectualidade portuguesa do seu tempo.

PROGRESSO EM PAZ

A fórmula definida pelo Presidente Marcello Caetano para título do IV volume dos seus discursos, posto agora à venda pela VERBO, não é apenas um lema do Governo. É um propósito geral da comunidade portuguesa. Desejo, propósito, programa, empenhamento em acção.

Repetiram-se, ao longo do quarto ano de Governo do Dr. Marcello Caetano, as definições da linha de rumo político por ele traçada ao tomar posse do seu cargo e expressa na fórmula «Renovação na continuidade». Quer em algumas das conversas em família, quer,

Marcello Caetano

**PROGRESSO
EM PAZ**

principalmente, nos discursos que dirigiu à Acção Nacional Popular, primeiro em Santarém e, depois, em Setúbal, o Prof. Marcello Caetano falou de forma a não deixar margem a qualquer género de especulações. Esses dois discursos figuram, sem exagero, entre os textos do mais vivo interesse e de maior oportunidade contidos no volume agora editado. Relê-los é dever de quem queira manter-se desperto perante as realidades da política portuguesa, independentemente de qualquer tomada de posição. São, na verdade, dois documentos fundamentais, que só por si bastariam para impôr a publicação deste volume.

RECEITA E DESPESA DO TURISMO NO 1.º SEMESTRE DE 1972

A Secretaria de Estado da Informação e Turismo através da Direcção-Geral do Turismo, torna público que de acordo com as informações prestadas pelo Banco de Portugal a receita de Turismo (Metrópole) no primeiro semestre, do corrente ano, ascende a 4153 milhares de contos o que em comparação com o mesmo período do ano anterior (3673 milhares de contos), representa um aumento de 13 %.

A despesa dos turistas nacionais no estrangeiro, também aumentou de 1361 milhares de contos em 1971 para 1575 milhares de contos em 1972, ou seja mais 16 %.

O saldo da balança turística monta portanto a 2578 milhares de contos tendo aumentado em 12 % relativamente ao primeiro semestre de 1971.

IX REUNIÃO LUSO-ESPAÑHOLA DE ENDOCRINOLOGIA

Efectuou-se em Sevilha, nos dias 9, 10 e 11, a IX Reunião Lusó-Espanhola de Endocrinologia, na qual a Sociedade Portuguesa de Endocrinologia se fez representar com o relatório oficial subordinado ao título «Bloqueios de esteroidogénese suprarrenal», a cargo dos drs. Luís G. Sobrinho, Luís C. Faro e Luís S. Botelho, do Departamento de Endocrinologia do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil, de Lisboa.

A representação oficial portuguesa foi ainda constituída pelo prof. Eduardo do Amaral e pelos drs. Mário Fernandez, M. Freire da Cruz, R. Magalhães Faria, J. N. Governo e outros médicos de Lisboa, Porto e Coimbra, que apresentaram diversos trabalhos científicos.

2.ª SEMANA LUSO-BRASILEIRA

Realizou-se em Luanda a sessão solene de encerramento da 2.ª Semana Lusó-Brasileira, durante a qual foi orador o escritor Luís Filipe de Oliveira e Castro.

A encerrar falou o Dr. Mário Governo Montez, encarregado do Governo-Geral, que formulou votos «para que a semente que em Angola germina no âmbito da ideia lusó-brasileira, continue a produzir os seus melhores frutos, agora com as suas possibilidades acrescidas pela fundação de um Centro Cultural Lusó-Brasileiro».

No final foi feita a distribuição dos prémios dos concursos e torneios realizados no âmbito da semana.

I ENCONTRO NACIONAL DO ENSINO PARTICULAR

Terminou no passado dia 20, no Colégio de S. Teotónio, em Coimbra, com a presença de D. Júlio Tavares Rebimbas, arcebispo de Mitilene e presidente da Comissão Episcopal da Educação Cristã, o I Encontro Nacional do Ensino Particular.

No Encontro foi discutida a colaboração a prestar na elaboração do futuro estatuto do sugestões, ordenadas segundo a ensino e foram feitas várias representações do ensino particular, na elaboração do mesmo estatuto.

Do estatuto, que se admite venha a ser publicado com a necessária brevidade, apontam-se as duas necessidades mais urgentes, que são: a eliminação das desigualdades existentes entre alunos dos ensinos oficial e particular no capítulo de exames e regulamentação do auxílio económico aos alunos, de modo a permitir às famílias a livre opção do ensino.

CONCURSO DA JUVENTUDE ATLÂNTICA — 1972

À semelhança dos anos anteriores, o SHAPE (Supreme Headquarters Allied Powers in Europe), em colaboração com a Comissão Portuguesa do Atlântico e o apoio dos Ministérios dos Negócios Estrangei-



Pompeu Vaz de Magalhães

ros e da Educação Nacional, organizou este ano, mais uma vez, no nosso País, entre os alunos do ensino secundário o Concurso da Juventude Atlântica 1972, ao qual se apresentou um número apreciável de alunos dos últimos anos dos liceus e das escolas técnicas.

Nos três primeiros lugares



*Maria Arlette Mota Gomes
de Figueiredo*

foram classificados os seguintes concorrentes: 1.º — Pompeu Vaz de Magalhães, aluno do 6.º ano do liceu de Aveiro. O prémio é constituído por uma estadia na Bélgica com visita a algumas cidades e ainda a uma visita a Berlim Oeste, no total de oito dias. Este prémio é oferecido pelo SHAPE; 2.º — Messias Lopes de Sousa, aluno do último ano da Escola Comercial e Industrial de Viseu. Este prémio é constituído pela importância de Esc. 1000\$00 e é oferecido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros; 3.º — Maria Arlette Mota Gomes de Figueiredo, aluna do 7.º ano do Liceu de Oeiras. Este prémio é constituído pela importância de Esc. 500\$00 e é oferecido pela Comissão Portuguesa do Atlântico.

O estudante Pompeu Vaz de Magalhães partiu no dia 9 do corrente de avião para Bruxelas e nesta cidade reuniu-se aos outros classificados em primeiro lugar no mesmo Concurso, dos restantes países da O. T. A. N. Entre as cerimónias a realizar incluiu-se a plantação de uma árvore para a qual cada um dos laureados foi portador de uma pequena porção de terra do seu País.

XX CONGRESSO DOS BOMBEIROS PORTUGUESES

Realizou-se em Viseu, no passado dia 30, a quarta e última sessão do XX Congresso dos Bombeiros Portugueses, durante a qual foram apreciadas e votadas as conclusões finais e se procedeu à eleição dos corpos directivos da Liga dos Bombeiros, para o biênio de 1973-75.

EXPOSIÇÃO DE TAUROMAQUIA

O Ministro do Interior, Dr. Gonçalves Rapazote, em substituição do Chefe do Estado, presidiu no passado dia 23, à sessão de abertura do III Congresso Internacional de Tauromaquia, no qual participam cerca de 200 congressistas, portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, além de representantes de países da América Latina e dos Estados Unidos.

Neste mesmo dia, o Dr. Caetano de Carvalho, Director-Geral da Cultura Popular e Espectáculos, e o Eng. Álvaro Roquete, Director-Geral do Turismo, inauguraram no Palácio Foz a II Exposição de Artes Plásticas de Tema Taurino, integrada no congresso e organizado pela Tertúlia Festa Brava.



O Secretário de Estado da Informação e Turismo inaugurou em 7 do corrente, uma exposição de artesanato e de pintura de artistas do distrito de Portalegre integrada no cinquentenário da Caso do Alentejo, em Lisboa

TEMOS POR NÓS A FORÇA DOS NOSSOS DIREITOS

(Conclusão da pág. 10)

do homem. Já em 1963, em conversações com representantes dos países africanos, sob a presidência do Secretário-Geral das Nações Unidas, explicámos como interpretávamos o que entendíamos por autodeterminação.

● *A conclusão a tirar do modo como a campanha antiportuguesa tem sido conduzida nas Nações Unidas é que se procura não obter a autodeterminação para as populações das províncias ultramarinas portuguesas em África mas impor a Portugal, sob o pretexto da autodeterminação, uma política que equivale à determinação de estranhos sobre o assunto. Não seriam as nossas populações a exercer uma livre escolha. Seria forçar as nossas populações ou pelo menos criar condições nas quais as nossas populações não teriam outra alternativa senão a de obedecer a uma escolha ditada por estranhos.*

● Portugal não se opõe à descolonização. Olhamos com simpatia os esforços dos dirigentes dos jovens estados africanos independentes na tarefa que têm a cargo de consolidar as suas nações — uma tarefa que abrange a luta contra o subdesenvolvimento, contra a dominação económica externa, contra a erupção de rivalidades tribais, assegurando ao mesmo tempo uma verdadeira integração política e económica da grande massa das suas populações, tendo em vista os objectivos e os padrões de vida desejados pelas «élites» que, no momento actual, dirigem esses Estados.

● Promover progressivamente o alargamento da autonomia

Referindo-se depois ao dinamismo da política portuguesa, acentuou o dr. Rui Patrício.

● *O texto constitucional permite uma ampla autonomia efectiva das províncias. A intenção do Governo português é de promover progressivamente o alargamento dessa autonomia, assegurando ao mesmo tempo a participação de toda a população local no autogoverno.*

● Temos também de prosseguir sem esmorecer a nossa política de desenvolvimento económico e de progresso social para proporcionar a todos os habitantes das províncias ultramarinas

as qualidades morais e técnicas necessárias ao desempenho das funções políticas.

● *Embora já o tivéssemos feito no passado, renovo aqui o convite a países africanos para que visitem as nossas províncias ultramarinas representantes seus, que poderão obter as informações que desejem sobre as condições de vida nos respectivos territórios. Estamos prontos a dialogar com eles sobre as nossas realidades, as nossas concepções e os nossos planos. Por outro lado, também já nos prontificámos a negociar com os países africanos acordos de não agressão e de solução pacífica dos problemas bilaterais que surgirem. Daqui renovo também esta proposta. E renovo ainda a proposta que apresentamos aos países limítrofes no sentido de se constituírem comissões mistas, constituídas por mútuo acordo, para a fiscalização das fronteiras.*

E a concluir:

● Renovo também o convite dirigido ao Secretariado das Nações Unidas em relação à Guiné portuguesa, tornando-o agora extensivo a Angola e a Moçambique para que envie observadores qualificados que à luz do dia poderão, com comodidade e segurança, verificar, em todos os pontos dos respectivos territórios que desejem observar, quem exerce efectivamente a administração.

TEMOS POR NÓS A FORÇA DOS NOSSOS DIREITOS

Comentando o encontro que efectuou com o Secretário de Estado norte-americano, William Rogers, «aproveitando a intensa actividade diplomática nos bastidores da O. N. U.», o ministro português dos Negócios Estrangeiros, dr. Rui Patrício, que regressou no dia 6 de Nova Iorque, disse «ter ficado demonstrada a vontade de paz, cooperação dos dois países no plano mundial, à qual só não correspondem os que estão de má-fé».

O dr. Rui Patrício, nas suas declarações, afirmou ainda que «temos por nós a força dos nossos direitos, e a resistência será invencível se nos mantivermos unidos, como recordou recentemente o Presidente do Conselho», acrescentando ainda que «no plano da defesa dos interesses nacionais não pode haver divisões entre os portugueses. Esse é o ponto que não podemos admitir transigir, como não transigimos na defesa da nossa unidade nacional».

(Conclusão da pág. 16)

Tivemos, por último, entre vizinhos a esperada vitória do Leixões sobre o Boavista. Com este resultado, as duas equipas igualaram-se na tabela.

Resultados: Benfica, 4-Sporting, 1; Farense, 0-Belenenses, 0; U. Tomar, 1-Setúbal, 0; Guimarães, 3-Barreirense, 1; Montijo, 0-Beira Mar, 1; C. U. F., 0-Porto, 2; Leixões, 3-Boavista, 0; Atlético, 0-U. Coimbra, 0.

Classificações: Benfica, 26-2 e 10; Sporting, 11-5 e 8; Belenenses, 8-4 e 8; Setúbal, 14-6 e 6; Guimarães, 10-5 e 6; Tomar, 5-7 e 6; Beira Mar, 5-13 e 5; Montijo, 5-6 e 4; Porto, 3-5 e 4; C. U. F., 7-10 e 4; Farense, 5-10 e 3; Barreirense, 6-12 e 3; U. Coimbra, 2-8 e 3; Atlético, 3-8 e 2.

Marcadores: Eusébio (Benf.) 13 golos; Yazalde (Sport.), 6; Jordão (Benf.), Duda (Set.) e Moinhos (Boavista), 4.

Campeonato Nacional da II Divisão.

Grupo Norte: Académica, 1-Braga, 0; Famalicão, 0-Varzim, 0; Oliveirense, 2-Fafe, 1; Salgueiros, 0-Espinho, 1; Covilhã, 2-Gil Vicente, 1; Tirsense, 0-Riopele, 0; Lamas, 0-Penafiel, 0; Vilanovense, 0-Sanjoanense, 0.

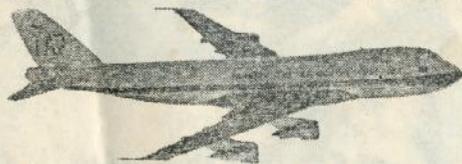
Braga, Famalicão, Espinho e Académica comandam com 4 pontos.

Grupo Sul: Cova da Piedade, 1-Olhansense, 0; Marinhense, 2-Torres Novas, 0; Peniche, 2-Oriental, 0; Sacavanesse, 4-Seixal, 1; Sesimbra, 1-Portimonense, 0; Sintrense, 1-Caldas, 1; Tramagal, 2-Almada, 1; Nazarenos, 1-Leiria, 4.

O Peniche comanda isolado com 5 pontos, seguido do Portimonense, Almada, Leiria, Marinhense e Tramagal, com 4.



Com a participação de cavaleiros brasileiros, espanhóis, suíços e portugueses, realizou-se, no hipódromo do Campo Grande o Concurso de Saltos Internacional de Lisboa. Na gravura, o capitão Vasco Ramires, um dos cavaleiros que mais se distinguiram



**NOTÍCIAS DE PORTUGAL
É TRANSPORTADO
NOS AVIÕES DA T. A. P.**

EDIÇÃO DA DIRECÇÃO-GERAL DA INFORMAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO
DA INFORMAÇÃO E TURISMO

Administração e Redacção:
Palácio Foz • Lisboa • Portugal

Publicação semanal — 75 000 exemplares

Direcção: F. Freitas Santos

Ano XXVI • N.º 1328 • 14-10-72

Impresso no Anuário Comercial de Portugal
Lisboa • Portugal

BENFICA ISOLADO

E à quinta jornada, o Benfica isolou-se no comando da classificação do campeonato Nacional de futebol. Os dois «históricos» mantinham-se a par, mas encontraram-se, no passado domingo, na Luz. A vitória clara e inofismável dos «encarnados» deu o comando ao Benfica. Para tal, a equipa nem precisou de fazer exibição excepcional. Bastou-lhe o reconhecido poder do seu ataque, sobretudo do seu artilheiro-mor, Eusébio, marcar quatro golos.

Deste modo, o Sporting baixou ao 2.º lugar e situou-se ao

lado do Belenenses, que manteve a sua invencibilidade na prova ao ir empatar na cidade de Faro.

Ganhar pontos no campo do adversário é um dos segredos mais em evidência na carreira dos clubes ao longo da prova. Pois, além do Belenenses, também o União de Coimbra veio à Tapadinha arrancar um 0-0 a agravar a situação do Atlético e, com maior produtividade, o Porto conseguiu um excelente triunfo (o primeiro) no campo da C. U. F. e o Beira-Mar foi ganhar no Montijo.

Surpreendeu um pouco a derrota do Vitória de Setúbal em Tomar, mas a verdade é que todas as saídas são difíceis e não pode ser caso de grande espanto a vitória dos nabantinos em ambiente mais propício.

O Vitória de Guimarães ao vencer o Barreirense alcançou o seu homónimo de Setúbal na tabela da classificação, confirmando assim a positividade de um valor, que poderá muito bem fazer a prova dos nove na próxima jornada no Restelo.

(Conclui na pág. 15)

